

A polícia no telejornalismo: uma influência invisível ao público na narrativa da notícia

The police in television news: an influence invisible to the public in the news narrative

Dyepeson Martins

Jornalista formado na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), mestrando em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e bolsista pela fundação Araucária. Tem experiência na área de telejornalismo e faz parte do grupo de Lógicas de Produção e consumo em Jornalismo. Email: contato.dyepeson@gmail.com

Cintia Xavier

Doutora em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Coordenadora do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora da graduação em Jornalismo e do PPG-Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná. Tem experiência na área de Jornalismo, com ênfase em televisão. Pesquisa principalmente os seguintes temas: teorias do jornalismo, agendamento temático, documentário, ética. Email: cintia_xavierpg@yahoo.com.br

Resumo

A proposta deste trabalho é evidenciar como a fonte policial exerce um poder de influência no telejornalismo a partir da apropriação de narrativas nas notícias. Para isso, foram comparadas as informações enviadas em relatórios policiais e o conteúdo veiculado pela Tv Equinócio, afiliada da Rede Record no Amapá, no período de 20 a 26 de setembro de 2019, sobre ocorrências relacionadas a crimes de violência urbana no estado. Os dados foram coletados durante um levantamento de Registros em Arquivo para um estudo de caso sobre as fontes oficiais no telejornalismo policial.

Palavras chave

Poder simbólico; Telejornalismo; Polícia; Fontes; Dominação.

Abstract

The proposed work is to show as the source of this police exercise a power of influence in television news from the appropriation of narratives in the news. To this end, the information reported in police reports and the content broadcast by Tv Equinócio, an affiliate of Rede Record in Amapá, from September 20 to 26, 2019, on occurrences related to crimes of urban violence in the state were compared. The data was collected during a survey of Records in Archives for a case study on official sources in police news.

Keywords

Symbolic power; Telejournalism; Police; Sources; Domination.

Introdução

Neste trabalho observa-se o pensamento coletivo compreendendo as relações no meio social onde os sujeitos têm poder de influenciar a opinião pública e estabelecer sistemas de dominação (FAUSTO, 2004). Entende-se, com isso, que o poder simbólico de um grupo nos impõe uma visão de mundo (BOURDIEU, 1989). Esta visão, por sua vez, influencia o meio social a ter uma percepção baseada em um único discurso e, com isso, há reflexos na opinião pública.

O poder simbólico pode se estabelecer de várias formas na mídia. Uma delas, conforme aborda este trabalho, é por meio do uso de informações concedidas por fontes oficiais ligadas ao Estado. Com isso, este artigo discute o poder de influência exercido por um tipo de fonte constantemente presente nos noticiários: a policial.

Esta influência, que reflete ainda a apropriação de narrativas e linguagens no telejornalismo (VERON, 1981) assim como o enquadramento nas notícias (ENTMAN, 1993), será discutida a partir da comparação dos relatórios policiais sobre ocorrências relacionadas a crimes de violência urbana e o conteúdo veiculado pela TV Equinócio, afiliada da Rede Record no Amapá. A escolha pela emissora se deu pela proximidade deste pesquisador com a região e inquietações provocadas por observações empíricas em relação a forma como o telejornalismo utiliza as informações de emissores ligados a Segurança Pública.

O período analisado corresponde de 20 a 26 de setembro de 2019 por ser possível, neste recorte de tempo, ter acesso a seis edições consecutivas do Programa Balanço/AP, que vai ao ar no horário do almoço e tem cerca de duas horas de duração. As edições do telejornal foram publicadas na página do programa na rede social Facebook e os relatórios policiais enviados por e-mail pela Secretaria Estadual de Segurança. Os dados foram coletados durante um levantamento de Registros em Arquivo (YIN, 2005) em um estudo de caso sobre as relações do telejornalismo policial com fontes oficiais.

A naturalização de um posicionamento individual no pensamento coletivo reflete – em diferentes graus – na opinião pública, reproduzindo, assim, a imposição de classes dominantes em classes dominadas (FAUSTO, 2004). Compreende-se ainda, que o poder simbólico de um agente não se impõe de forma isolada, pois compõe um sistema em que os atores agem em conjunto para estruturar e legitimar visões de mundo (BOURDIEU, 1989). Por isso, a descrição das relações entre o conteúdo veiculado pelo telejornal e as informações da polícia, a partir do debate teórico deste artigo, mostra como os princípios ideológicos se configuram e se naturalizam em discursos no meio social.

O artigo está dividido em três partes: inicialmente uma discussão teórica sobre o poder simbólico e seus reflexos. Em seguida, apresenta-se um debate em relação a apropriação de linguagens na mídia e, posteriormente, são descritos os dados coletados e realizada a comparação das informações da emissora e dos relatórios policiais. Ao final, nas considerações finais, são condensadas as percepções e conclusões do debate aqui proposto.

Um poder invisível

Apresentar versões de uma realidade é impor uma visão de mundo, é exercer uma força de influência social (CAMPOS; LIMA, 2018). Esta influência configura-se como um “poder” exercido por uma classe dominante estabelecida em um sistema que assegura a manipulação social e as funções políticas (BOURDIEU, 1989). No entanto, para que um poder seja exercido é necessário a cumplicidade de sujeitos, pois a objetividade do mundo é definida pelo senso comum e os sistemas simbólicos só exercem um poder estruturante porque são estruturados (BOURDIEU, 1989).

Apesar de invisível, o poder simbólico tem a capacidade de refletir efeitos reais a serviço de interesses conservadores e ideologias dominantes (BOURDIEU, 1989). Tais efeitos mostram-se como uma forma transfigurada e legitimada de poder responsável por impactos históricos, como observa-se em revoluções simbólicas bem sucedidas - que nos dão a percepção e a compreensão para as representações de hoje (BOURDIEU, 1989). Ferreira (2015) compreende, desta forma, que a opinião pública surge de uma relação estreita baseada, primordialmente, em hierarquia, soberania, costumes e moral.

A opinião pública, para Ferreira (2015), emerge sempre de uma ideia particular e adquire vários segmentos de uma dimensão moral. Para Losekan (2009), quando opiniões individuais se unificam ocorre a formação de um argumento e, a partir disso, emerge uma ideia comum. Segundo Bourdieu (1989), as visões particulares do mundo transmitem uma perspectiva individual de identidade social. Estes fatores são reflexos do poder social exercido por um agente na capacidade de criar significados para um grupo (BOURDIEU, 1989).

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objetivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objetiva e coletiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectativa, inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito, de qualquer grupo (BOURDIEU, 1989, p. 142).

O poder simbólico se traduz como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo, por meio dos veículos de comunicação que utilizam os seus discursos de conduta, linguísticos e culturais (BOURDIEU, 1989). É, assim, possível que a comunicação, em vez de contemplar a pluralidade de ideias e vozes, se revele como autoritária e manipuladora (MAYA, 2006), tendo em vista que os contextos e a pluralidade de informações têm ligação com a democracia (KOVACH; ROSENSTIEL 2004).

A autopromoção de uma instituição tem ligação com a dominação empregada por classes dominantes com reconhecimento assentado nos capitais simbólico e econômico (BOURDIEU, 1989), ao passo que as operações do sujeito não se fazem de forma isolada pois há ligações com complexas redes e dinâmicas de relação e agenciamento (FAUSTO, 2007). Para Bourdieu (1989), as estratégias simbólicas contribuem para a domesticação dos dominados e, nesta linha, são impostas ideologias.

As ponderações de Bourdieu (1989) apontam para a domesticação de públicos como o resultado de uma estrutura social influenciada por discursos dominantes que – quando se estabelecem - transformam visões individuais em percepções naturalizadas no meio social. Compreende-se, com isso, que a naturalização de um discurso para um público torna este público fiel as imposições da classe que o domina.

É na correspondência de estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário, estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 1989, p. 14).

Para Bourdieu (1989), o poder da palavra está na crença, na legitimidade das palavras e de quem as pronuncia. Isso mostra que é necessária a cumplicidade para ocorrer a legitimação de uma mensagem. O capital simbólico, então, condensa as “representações sociais” geradas nas interações grupais (CAMPOS; LIMA, 2018). Mas a interação entre os grupos diante do capital simbólico acontece por meio da compatibilidade entre os agentes, que têm em comum crenças a cerca de um fenômeno (CAMPOS; LIMA, 2018). Estes pressupostos dialogam com o que destaca Fausto (2007) na abordagem de influências simbólicas no jornalismo. Segundo o autor, o jornalista é um enunciador e ao selecionar fontes e fragmentos das informações está inserido em um processo de produção em que a apropriação que o sujeito faz configura-se, em sua maioria, como um ato instrumental a serviço de uma intenção.

Estas compatibilidades têm efeito já na filtragem dos fatos, pois todo e qualquer conteúdo produzido por um veículo de comunicação passa por uma seleção prévia em seus critérios de noticiabilidade, segundo Maya (2006). Na compreensão da autora, a mídia reconfigura os padrões de discursos entre os representantes e os representados. Isto reforça o fato de que a história da imprensa mostra que a seleção do material coletado representa o elemento mais importante da atividade jornalística (MAYA, 2006). Por isso, a abundância de dados, sons e imagens no meio social origina-se, em grande parte, de fontes hegemônicas de enunciação (MORAIS, 2001). Estes elementos levam a uma rotineira exposição de figuras em seus discursos na mídia, em meio a uma, muitas vezes, propositada combinação de fato e versão do real (FONSECA, 2004).

A imposição de uma visão ideológica provoca a distinção entre culturas dominantes e dominadas (BOURDIEU, 1989). Com isso, o campo dos media se converte num protagonista do fenômeno de mediatização e é usado para o repasse de ideologias e ideias que não representam a realidade social (FAUSTO, 2004). Segundo Maya (2006), os públicos dominados têm dificuldades de ingressar no ambiente de discussão, pois as pessoas menos favorecidas economicamente são ignoradas pela imprensa, principalmente em reportagens policiais (VARJÃO, 2008).

Varjão (2008) afirma que existe um discurso político norteando os conteúdos policiais do noticiário factual e informativo. Este discurso é gerado a partir de relações segmentadas nas rotinas de produção dos meios de comunicação (VARJÃO, 2008). Conforme a autora, este sistema estrutural reproduz as violências simbólicas de classes mais favorecidas contra classes menos favorecidas. E isto reflete, por exemplo, em notícias que reproduzem estereótipos ligados a públicos periféricos e no destaque para informações repassadas por pessoas com maior capital econômico e social (VARJÃO, 2008).

Neste sentido, Bourdieu (1989) compreende que as posições de dominantes e dominados no espaço social condicionam, conseqüentemente, os agentes que ocupam as posições dominadas a também estarem em posições dominadas no campo de produção simbólica. Há, por isso, uma luta desigual entre os agentes para estabelecer visões absolutas no meio social (BOURDIEU, 1989).

Todo e qualquer registro que a mídia faz sobre a sociedade leva em conta critérios de seleção para apresentar a realidade (MAYA, 2006). Para Fonseca (2010), esta seleção é guiada por ideologias e interesses particulares. Ele compreende que a mídia concebida como agente político se manifesta como instrumento de manipulação social. Neste sentido, ela representa “(...) instituições eficazes na inculcação de ideias em relação a grupos reprodutores de opinião, caracterizando-se como os polos de poder” (FONSECA, 2010, p. 16).

Pode-se compreender, a partir destes pressupostos, que a apropriação de discursos de fontes policiais leva a reprodução de ideologias e estas se apresentam ao público como versões da realidade dando às organizações policiais um poder simbólico exercido no meio social. Para o sociólogo Erving Goffman (1986), os princípios ideológicos definem os acontecimentos por meio de organizações que governam os eventos sociais. No entanto, conforme Bourdieu (1989), os agentes só conseguem impor ideologias dominantes em estratégias simbólicas a partir das suas posições no mundo. Os agentes detêm um poder equivalente ao seu capital e ao conhecimento que recebem de um grupo, segundo o autor.

É por meio do investimento no capital simbólico e do poder que detêm que os agentes tentam impor os seus ideais (BOURDIEU, 1989). Bourdieu (1989) destaca que o capital simbólico pode ser adquirido por um agente através da posição hierárquica que ele ocupa em uma instituição. Para Bourdieu (1989), o título que um agente recebe no meio social por uma instituição como o Estado, por exemplo, torna-se um importante capital simbólico para a imposição de sua visão, no coletivo, no senso comum, pois a nomeação “(...) é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima”

(BOURDIEU, 1989, p. 146).

A imposição de ideologias através do poder exercido por uma organização na mídia, incorre na ausência de preceitos democráticos (ALCURI, 2012). Conforme Alcuri (2012), os meios de comunicação deveriam apresentar alternativas para visualizar um fato e não a mensagem construída com os seus princípios ideológicos. Soares (2012) reforça a necessidade de haver uma notícia plural para que ocorra um repasse democrático de conteúdo.

É preciso compreender, desta forma, que a notícia que representa grupos ou instituições ganha aspecto de mercadoria com uma tendência clara para prejudicar grupos sociais (FONSECA, 2011). O trabalho da imprensa se faz necessário para engajar o debate público (MAYA, 2006) e combater a centralidade da dominação que, conseqüentemente, produz a realidade (MIGUEL, 2018). Para Fonseca (2011), é neste universo do capitalismo industrial que a mídia busca impor interesses privados. Por isso, a ampliação da qualidade da representação está ligada a maior participação de grupos menosprezados pela mídia na produção das notícias (MIGUEL, 2018).

Os grupos em posição subalterna costumam ter menos acesso aos espaços de difusão das representações do mundo social, a começar pela mídia. Seus interesses e suas perspectivas tendem a ser silenciados para os outros, mas também para si mesmos. Por isso, para eles é mais importante encontrar brechas que permitam que suas vozes sejam ouvidas, entre si e também por quem exerce o poder (MIGUEL, 2018, p. 207).

Kovach e Rosenstiel (2004) questionam as funções do jornalismo diante de interesses particulares. Para os autores, a finalidade do jornalismo está na função que ele exerce na vida das pessoas. Soares (2012) observa que o jornalismo tem a função pública de informar. Mas para que se estabeleça a democracia na informação, interesses privados devem dar lugar a pluralidade de vozes (MIGUEL, 2018). Pois, de fato, o conhecimento do mundo social está em jogo na luta política pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social de acordo com diferentes percepções (BOURDIEU, 1989). E este poder de contribuir para uma visão de mundo, dá ao agente, inevitavelmente, a própria construção desse mundo (BOURDIEU, 1989).

A apropriação da linguagem da fonte

Cabe destacar o uso da linguagem da fonte oficial no conteúdo jornalístico e as suas contribuições para a construção de um sentido por meio de percepções da realidade. Ressalta-se as observações de Veron (1981), que não considera a representação uma realidade, mas sim um recorte de uma realidade. Segundo ele, o sentido de um discurso está associado ao espaço em que ele se encontra. Conforme o autor, a realidade é resultado de um processo produtivo em que os meios de comunicação selecionam aspectos de um acontecimento de acordo com graus de importância e interesses próprios.

Assim, o sentido de algo transmitido pela mídia pode ter relação direta com a apropriação de linguagens, conforme Fausto (2007). Segundo o autor, agentes de poder se utilizam de aspectos de outros campos, como o científico e jornalístico, para dar legitimidade aos seus discursos e, com isso, tornarem-se referências sobre diferentes assuntos. Veron (1981) compreende que os relatos de uma fonte de informação ganham proporção e legitimidade a partir da apropriação de narrativas na mídia. O autor observa que a ausência de informações sobre um evento e o distanciamento de jornalistas do acontecimento em si dá à fonte de informação o poder de estabelecer uma versão incontestável sobre os fatos.

A realidade é construída, entre outros fatores, por meio da linguagem, das narrativas, das representações e dos discursos, defende Varjão (2008). Para a autora, a construção de uma notícia não está estruturada na eleição de um acontecimento, mas no modo de relatar este acontecimento a partir da linguagem utilizada para o relato. Varjão (2008) destaca que as linguagens específicas de fontes de informação - como pensadores, peritos e técnicos - escondem ações que legitimam processos de dominação.

Para Veron (1981), a apropriação de linguagens e discursos leva os meios a produzirem experiências de dever social, reunindo pessoas, comportamentos e palavras. Consequentemente, o público receptor da mensagem se identifica com o conteúdo recebido e torna-se fiel ao meio de comunicação (FAUSTO, 2007). Isto é possível porque, em diferentes graus, todos creem em algum acontecimento da realidade dando crédito a algum retrato da atualidade (VERON, 1981). Desta forma, os sujeitos podem não revelar suas ideologias em manifestações de primeira ordem, mas sim no que fica escondido nas peças noticiosas (VERON, 1981).

A linguagem no telejornalismo – a partir da apropriação de narrativas – é usada por agentes de poder para aproximar e fidelizar o telespectador (FAUSTO, 2007). Este processo inclui o uso de palavras comuns em um campo e performances do corpo para persuadir o público e, assim, estabelecer uma visão de mundo, conforme Fausto (2007). Para o autor, os atos de enunciação estão relacionados a seus efeitos sobre o outro e baseiam-se, na maioria das vezes, em razões instrumentais e mercadológicas.

Relacionando ao contexto de uso de termos e linguagens de fontes policiais, faz-se necessário discutir como o telejornalismo se apropria dos elementos narrativos da fonte oficial para repassar as informações sobre os acontecimentos. Com isso, no tópico a seguir, serão descritos os elementos linguísticos que contribuem para a legitimação da narrativa policial. Afinal, um discurso é considerado verdadeiro a partir da crença do que se considera como verdade no mundo. É necessário pensar, desta forma, no alcance do discurso informativo da fonte policial, tendo em vista que diferentes modelos de atualidade estão construídos para diferentes audiências (VERON, 1981).

A narrativa policial no telejornalismo

O poder simbólico exercido pela polícia pode ser observado na comparação das introduções das reportagens e do conteúdo gravado pelas equipes de reportagem do programa Balanço Geral/AP sobre ocorrências policiais, no período de 20 a 26 de setembro de 2019. Descreve-se, com isso, as relações existentes entre o material produzido pela emissora e os relatórios policiais. O período foi selecionado por ser possível, neste recorte de tempo, o acesso a seis edições consecutivas do programa na página do telejornal na rede social Facebook. O telejornal não publica as gravações em outras plataformas.

O programa é transmitido ao vivo, de segunda-feira a sexta-feira, no horário do almoço e compõe a grade de programação da TV Equinócio, afiliada da Rede Record no Amapá. As falas do apresentador foram comparadas com os Boletins de Ocorrência repassados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, no mesmo período. Nas seis edições do telejornal, houve a veiculação de oito reportagens relacionadas a ocorrências policiais, além de entrevistas periódicas com fontes da segurança pública e matérias institucionais, a exemplo de formaturas de militares e ações de fiscalização. Dentre as oito reportagens, quatro casos foram informados também nos relatórios policiais e comparados para a realização deste artigo. A comparação das informações repassadas permite a constatação de semelhanças nos discursos na identificação da presença da narrativa policial no conteúdo veiculado.

As informações repassadas no relatório policial diariamente para imprensa amapaense são produzidas a partir das versões dos Batalhões de Polícia Militar sobre as ocorrências atendidas no período de 24 horas. A Polícia Militar é um órgão mantido pelo Estado e representa, assim, os interesses institucionais em suas relações com os meios de comunicação.

Nas seis edições observadas, foram veiculadas quatro notícias sobre ocorrências policiais descritas nos relatórios do Centro Integrado de Operações em Defesa Social (Ciodes), responsável por concentrar as informações dos batalhões da Polícia Militar e as repassar aos veículos de comunicação. Todos os casos ocorreram em áreas periféricas onde vivem, em sua maioria, famílias de baixa renda - levando em consideração a questão geográfica do Amapá. As ocorrências descritas neste estudo resultaram em prisões ou em mortes de suspeitos dos crimes. Para nortear este artigo, utiliza-se o caso veiculado no dia 23 de setembro de 2019, que possui a descrição mais longa e detalhada dos fatos tanto no relatório policial quanto na fala do apresentador do programa.

Em nenhum dos casos relatados no telejornal foi destacada uma versão diferente da versão oficial contida no relatório repassado à imprensa todas as manhãs. Além disso, o apresentador não revela a fonte da informação. Ele apresenta como verossímeis as informações sobre os acontecimentos mesmo sem identificar o emissor primário da mensagem. Esta prática é presente na relação entre jornalistas e fontes oficiais, que conseguem frequentemente incluir os seus enquadramentos nas notícias (SANTOS, 2001). Além disso, como observa Santos (2001), nem todas as fontes policiais são mencionadas na imprensa, mesmo que elas tenham institucionalizado a mensagem. Percebe-se, então, que a fonte policial se apresenta no conteúdo veiculado mesmo que não esteja visível para o público. No trecho abaixo, é possível ver as informações contidas no relatório da polícia.

As equipes do batalhão da força tática estavam em patrulhamento no município de Santana, quando receberam uma denúncia de um cidadão que não quis se identificar, o qual relatou que havia vários elementos integrantes de uma organização criminosa portando e exibindo armas de fogo em uma festa no Parque Aquático do Grego. Ao avistarem as equipes, os elementos evadiram-se para dentro de uma área de mata alagada realizando disparos em direção aos policiais militares que, em ação contínua, revidaram a injusta agressão, momento em que um dos elementos, que portava uma arma de fogo com numeração suprimida, tipo pistola. 40, foi atingido e neutralizado. O elemento foi conduzido ao hospital de emergência daquele município, mas não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. Pelo sistema Infonseg, verificou-se que o cidadão alvejado iria completar maior idade no mês de outubro do corrente ano, e, que respondia por ato infracional análogo a homicídio na vara da infância e adolescente do município de Santana. infrator: David de Almeida Souza (Relatório do Ciodes - 23/09/2019).

Abaixo, a forma como foram tratadas as informações sobre o caso na introdução da reportagem do Programa Balanço Geral/AP.

(...) e foi mais ou menos assim: as equipes do batalhão de Força Tática fazendo o patrulhamento preventivo, né. Por volta de cinco e meia, seis hora da tarde, receberam a informação que tinha uma festa acontecendo em um clube. Eles foram apurar, isso no bairro Nova União. Chegando lá encontraram alguns indivíduos que pertencem a organização criminosa e que ‘tavam’ exibindo as armas. Era a festa do canhão. Não não não, não era festa de mulher feia não. A festa do canhão era a festa das armas. Todo mundo com a arma pra cima. Pra que né? Chegou a informação, a Força Tática foi babando, então chegaram lá, juntamente com a equipe do 4º Batalhão.

Chegaram lá averiguaram a denúncia e quando chegaram ao clube os que ‘tavam’ com a arma resolveram sair fugindo pela mata. Mas foi canelada pra tudo que é lado. As equipes policiais foram em busca de capturar os infratores, que num certo momento cometeram um erro fatal: atiraram contra a polícia. Atirou na polícia a polícia revida, né? É revidar a injusta agressão. A polícia revidou e alvejou um dos criminosos. Ele foi socorrido até o Hospital de Emergências de Santana e foi confirmado o óbito, tá? Ele foi identificado como David de Almeida de Souza, de 17 anos, conhecido como Madruga, né. O seu Madruga de Santana. Com ele, essa pistola ponto quarenta, que é de uso restrito das forças de segurança e foi utilizada por ele contra os policiais. Na hora que levantaram a ficha aí que verificaram que o mesmo ‘tava’ envolvido em pelo menos 7 homicídios, furto, tráfico de drogas, roubos, sendo um dos roubos praticado no distrito do Coração numa concessionária de veículos (...) (trecho da introdução da reportagem - edição 23/09/2019).

Quadro 1 – Relação entre as informações do relatório policial e introdução da reportagem

Relatório do Ciodes	Falas do apresentador
As equipes do batalhão da força tática estavam em patrulhamento (...).	as equipes do batalhão de Força Tática fazendo o patrulhamento preventivo.
integrantes de uma organização criminosa portando e exibindo armas de fogo	indivíduos que pertencem a organização criminosa e que tavam exibindo as armas.
os elementos evadiram-se para dentro de uma área de mata	os que tavam com a arma resolveram sair fugindo pela mata.
realizando disparos em direção aos policiais militares que, em ação contínua, revidaram a injusta agressão	atiraram contra a polícia. Atirou na polícia a polícia revida, né? É revidar a injusta agressão.

Fonte: Programa Balanço Geral/AP e Ciodes.

Com a tabela acima, é possível perceber que – na introdução da reportagem - o apresentador narrou os fatos com a mesma cronologia das informações policiais repassadas na manhã do mesmo dia. Além disso, o telejornal utiliza a mesma narrativa do relatório policial para relatar o fato que resultou na morte de um jovem durante uma suposta troca de tiros com a polícia. As informações policiais – utilizadas pelo telejornal - tratam o jovem assassinado no possível confronto como o responsável pela própria morte. Pois, segundo o relatório, os policiais só “revidaram” após “uma injusta agressão” do suspeito.

As afirmações da polícia de que os suspeitos faziam parte de uma organização criminosa se repetem na introdução da reportagem, assim como a versão de que os suspeitos exibiam armas de fogo no local onde iniciou a ocorrência. Da mesma forma, repete-se a argumentação sobre a fuga dos suspeitos para uma área de mata, onde - segundo a versão da polícia retransmitida no telejornal – ocorreu a troca de tiros e, em virtude disso, a morte do jovem.

O telejornal não atribui à informação as fontes policiais. Na narração, percebe-se que o telejornal se apropria da narrativa da fonte e a repassa ao telespectador como notícia, mesmo se tratando de uma única versão dos fatos. A expressividade do apresentador também contribui para legitimar a mensagem, pois ela inclui recursos verbais e vocais que são

empregados como recursos de ênfase (SILVA; PENTEADO, 2014).

Com as descrições acima, observa-se agora o conteúdo gravado pela equipe de reportagem e veiculado pelo telejornal após a introdução do apresentador. Percebe-se que a matéria tem início com a fala de um oficial da Polícia Militar classificando o jovem morto como “marginal”. Observou-se que a reportagem se divide em, basicamente, três partes: o histórico criminal, a suposta troca de tiros com os policiais e a segurança proporcionada à população.

Além do adjetivo “marginal”, a fonte classifica a pessoa assassinada como “bandido” e “elemento”, mas não a identifica pelo nome. O nome da vítima é revelado apenas pelo repórter em sua narração. Na terceira e última aparição do oficial, ele afirma que “mais um elemento criminoso foi tirado de circulação” da sociedade.

Ao repórter, a fonte alega que o jovem morto era alguém que “fazia mal à população” e que a Segurança Pública “já o procurava há muito tempo”. Nenhuma outra fonte foi ouvida sobre o acontecimento. Na reportagem, são evidenciadas imagens da rua em frente ao Batalhão da Polícia Militar que atendeu a ocorrência, viaturas da PM e a foto do suspeito morto. Há, ainda, uma trilha sonora de suspense do início ao fim da gravação.

Percebe-se, portanto, que no predomínio de temáticas policiais, a emissora analisada neste trabalho se apropria dos mesmos elementos utilizados pelo emissor primário da mensagem para narrar um acontecimento. Destaca-se ainda, que os meios de comunicação produzem uma realidade social como experiência coletiva em um modelo associado a uma ideologia de representação (VERON, 1981).

Com isso, será descrita, a seguir, a notícia veiculada no dia 20 de setembro de 2019, quando pode-se observar outro exemplo do uso das informações oficiais para nortear a introdução da peça jornalística.

Drogas apreendidas no Centro de Santana. Após denúncia anônima a Polícia Militar chegou aqui, ó. Ligaram e falaram ‘olha, tem boca de fumo aqui no Centro de Santana’. Viaturas do Giro focaram no local, foram até o local e fizeram a apreensão (introdução da reportagem – edição 20/09/2019).

Abaixo, um trecho das informações contidas no relatório policial sobre este caso.

A equipe informou que após receber denúncia anônima de tráfico de drogas, deslocou-se até o local informado e encontrou durante as buscas várias porções de substância supostamente entorpecente (...) (trecho do relatório do Ciodes – 20/09/2019).

A fonte responsável pela informação não é mencionada na introdução da reportagem. Contudo, é afirmado que as substâncias entorpecentes foram encontradas pela polícia após denúncia anônima, conforme consta no relatório policial. O apresentador também narra os fatos com a mesma cronologia apresentada no relatório: primeiro a denúncia anônima, em seguida as buscas e, por último, a apreensão.

Serão descritos, a seguir, alguns aspectos observados no conteúdo da reportagem após a introdução do apresentador. Observa-se na matéria a mesma cronologia de narração dos fatos do relatório policial. Predominam no conteúdo imagens institucionais e de ruas da cidade onde o fato ocorreu. É evidenciada, em diferentes ângulos, a imagem de policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) reunidos em frente a um Batalhão da Polícia Militar. Os policiais estão posicionados um ao lado do outro, com os braços cruzados e semblantes fechados.

Apenas uma fonte é ouvida em toda a reportagem: um oficial da Polícia Militar. Ele aparece três vezes: na primeira aparição, ele conta como a ocorrência foi atendida; na segunda, o oficial descreve as características dos suspeitos do tráfico e, por último, aborda a denúncia sobre a venda de entorpecentes pelos moradores para a polícia.

Será descrito, a seguir, um outro caso, desta vez veiculado na edição do dia 24 de setembro de 2019. Na introdução da reportagem, o telejornal não revela a fonte de informação, mas confirma que o suspeito de um crime foi morto após trocar tiros com a polícia e ainda atribui ao suspeito o adjetivo “bandido”.

Um bandido em fuga trocou tiros com a polícia e morreu. Foi no bairro Nova Brasília. O criminoso apelidado de “Baiano” já tinha envolvimento com homicídios e assaltos a mão armada (introdução da reportagem – 24/09/2019).

Abaixo um trecho do relato policial sobre o acontecimento.

(...) os indivíduos reagiriam efetuando disparo de arma de fogo contra as guarnições, se fazendo necessário o revide a altura contra a injusta agressão, vindo assim, a neutralizar um dos infratores (...) (trecho de relatório do Ciodes – 24/09/2019).

Na introdução desta reportagem, o apresentador afirma que o suspeito do crime morreu após ter trocado tiros com a polícia, a mesma informação contida no relatório policial, que justifica o assassinato.

A introdução da reportagem foi curta, mas é evidente a apropriação da narrativa policial. Com isso, vamos descrever agora o conteúdo gravado pela equipe de reportagem e veiculado após a introdução. Percebe-se que predominam imagens da única fonte entrevistada: um oficial da Polícia Militar. Além disso, também são observadas imagens do Batalhão da Polícia Militar que atendeu a ocorrência e de filmagens de câmeras de segurança mostrando o suspeito atirando contra um jovem durante uma tentativa de assalto, cerca de um mês antes da morte dele na suposta troca de tiros com os policiais.

Ainda em relação ao conteúdo desta reportagem, os crimes de roubo e homicídio cometidos anteriormente pelo suspeito são descritos logo no início da gravação veiculada. A passagem de vídeo do repórter acontece em frente a uma viatura da Polícia Militar e também aborda a ficha criminal do suspeito. Após o fim da reportagem, entre os comentários, o apresentador ironiza a morte ao ressaltar que “(...) entre a mãe do bandido e a mãe do policial, eu prefiro que a mãe do policial dê risada”.

Neste sentido, relatar um fato não significa repassar um retrato fiel da realidade, pois a seleção e segmentação dos acontecimentos antecede qualquer divulgação (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004). Estes fatores dialogam com a compreensão de Martini (2004). Para a autora, o processo de construção da notícia é resultado de uma série de interações e negociações. Estas relações têm ligação com interesses de poder que se alinham às intenções das fontes e a dependência das organizações da imprensa durante a construção das peças jornalísticas (MARTINI, 2004).

A utilização de opções narrativas que depreciam a imagem da vítima está presente na comparação entre as informações do relatório policial e do conteúdo veiculado no dia 25 de setembro de 2019. Primeiro, vamos apresentar a introdução da reportagem. Nela, o apresentador introduz a notícia pontuando que se trata de um caso de execução e que a vítima já havia sido presa. No relatório policial consta esta informação; contudo, ela é fornecida

somente após uma detalhada narração dos fatos por meio da versão da polícia. Isto mostra que o telejornal selecionou o histórico criminal da vítima assassinada como a informação mais relevante a ser dada antes da reportagem.

Estes critérios de seleção perpassam o conceito de enquadramento na notícia estudado por Entman (1993). O autor compreende que o enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência no trato das informações. Nesta linha, Gitlin (1980) define os enquadramentos na mídia também como padrões de interpretação, ênfase e exclusão. É por meio desses padrões que os discursos são organizados (GITLIN, 1980). Para Goffman (1993), estes fatores dão ao enquadramento na notícia o poder de direcionar a compreensão de um evento sob um específico ponto de vista.

Carvalho (2015) entende o enquadramento como uma operação na organização do discurso de acordo com um certo ponto de vista. Para a autora, isto reflete no processo de seleção e composição das notícias. Carvalho (2015) pensa a seleção como a inclusão e exclusão de – entre outros elementos – fatos, opiniões e juízos de valor. A composição consiste no uso desses elementos para a construção de significados (CARVALHO, 2015). Por isso, conforme a autora, o enquadramento é algo inerente ao texto. “Enquadrar não é algo que se escolhe fazer ou não, mas uma operação necessária para falar sobre a realidade” (CARVALHO, 2015, p. 189).

Goffman (1993) aponta que os quadros dão aos atores sentidos as experiências, influenciando, por exemplo, uma pessoa a enquadrar determinadas questões da mesma forma que fazem as pessoas ao seu redor. Isto reforça a ideia de que a realidade é aquilo que atores compreendem como tal (GOFFMAN, 1993). Antunes (2009), assim, apresenta duas instâncias de construção e ajustes do enquadramento. O primeiro momento está relacionado a fatores internos que influenciam as concepções com as quais operam os profissionais e as organizações produtivas. O segundo momento tem relação com o enquadramento da mídia e os meios de interpretação e avaliação das notícias usados pelos agentes sociais.

Os *frames* podem operar em lugares e com papéis distintos: podem pertencer ao universo dos diferentes interlocutores da comunicação (produtor, receptor), situarem-se no âmbito da construção textual ou fundarem-se no elemento mais geral da cultura (ANTUNES, 2009, p.88).

Os enquadramentos estabelecidos pela mídia constroem a realidade (TUCHMAN, 1986) e nos oferecem um instrumento para analisar o papel da mídia na construção de sentido (PORTO, 2002). Logo, a construção de sentido “(...) tem seu início e fim como pontos de flutuação de operações sujeitas ao contexto sócio-cultural, à própria dinâmica editorial e às modalidades narrativas que irão representa-lo” (ANTUNES, 2009, p. 85).

Observa-se, então, que as representações na mídia estão atreladas a forma como os atores constroem socialmente uma questão de acordo com suas práticas discursivas, tendo em vista que o jornalismo é uma reconstrução da realidade a partir de uma determinada perspectiva (CARVALHO, 2015). Neste contexto, uma perspectiva pode configurar-se como dominante em um processo produtivo que vai desde a percepção dos jornalistas a dimensão conversacional das interações pessoais (ANTUNES, 2009).

A notícia, destaca Antunes (2009), se estabelece com modalidades de vinculação e interação entre instâncias de produção e da recepção de conteúdo. Isto significa que a notícia não pode ser analisada de forma isolada (ANTUNES, 2009). Para o autor, todo elemento importante na estruturação do discurso de um meio de comunicação pode ser tratado como um dispositivo no processo de construção do enquadramento.

O frame não se confunde com assuntos de uma notícia, mas, agindo no âmbito do processo de composição do relato, informa vários níveis do processo de referencialização da realidade (ANTUNES, 2009, p. 92).

Compreendendo que o enquadramento na notícia é envolvido por uma soma de elementos, regras e conceitos que podem ou não serem ativados de forma consciente pelo jornalista, pode-se afirmar que os enquadramentos possuem grande poder de manipulação da realidade (PORTO, 2002). Em outras palavras, enquadramento é poder.

Execução na Zona Sul de Macapá. A vítima, que já possuía passagem pela polícia, foi morta dentro da própria casa. Acompanhe na reportagem (introdução da reportagem – edição 25/09/2019).

Abaixo as informações completas repassadas pelo Ciodes sobre o caso.

Após acionamento via Ciodes acerca de ocorrência de disparo de arma de fogo no endereço acima. Que chegando ao local, dentro da residência em um quarto havia um homem sem apresentar sinais vitais, com diversos disparos de arma de fogo no corpo. Familiares informaram que três indivíduos invadiram a residência e executaram a vítima com vários disparos de arma de fogo. Esta equipe realizou buscas na residência e no quintal havia uma motocicleta, a qual era roubada e estava com a placa e motor adulterados. Uma tia da vítima nos levou a outro cômodo e informou que havia uma arma de fogo escondida. Tal arma pertencia a vítima que morreu. A arma estava dentro de um cesto de roupas onde foi apreendida e juntamente com a motocicleta apresentada a esta delegacia. Informo ainda, que esta arma pertence a polícia militar, onde havia sido roubada de um policial militar conforme boletim de ocorrência nº 024242/2019-a03 da polícia civil feito no dia 6 de maio de 2019.” Objetos apreendidos: da ocorrência= 01 pistola marca Imbel modelo eka16638, com 01 carregador contendo 15 munições intactas, 01 motocicleta, marca honda, modelo cb300, de cor vermelha, placa qln-2015 (adulterada), placa verdadeira qln-5310, 01 molho de chave contendo a chave da motocicleta e uma chave pequena de cor preta. Vítima: Breno dos santos Cardoso, 24 anos, Macapá-AP (com passagem pelo Iapen) os infratores não foram localizados (relatório do Ciodes – 25/09/2019).

Quadro 2 – Trechos de argumentos utilizados pelo relatório policial e na introdução da reportagem em referência ao caso

Relatório do Ciodes	Falas do apresentador
Invadiram a residência e executaram a vítima	Execução na Zona Sul de Macapá. (...) foi morta dentro da própria casa.
Vítima: Breno dos santos Cardoso, 24 anos, Macapá-AP (com passagem pelo Iapen)	A vítima, que já possuía passagem pela polícia (...).

Fonte: Programa Balanço Geral/AP e Ciodes.

As descrições acima mostram como a equipe jornalística filtrou as informações que classifica como mais relevantes na introdução da reportagem. Desta forma, vamos a descrição de alguns aspectos observados no conteúdo da reportagem após o fim da introdução do apresentador. A reportagem inicia com imagens de uma viatura da Polícia Militar, em seguida aparecem imagens também da casa onde o crime ocorreu e da rua onde a residência está situada. Como fonte, é utilizada apenas as declarações de um policial militar, apesar de serem

observadas também imagens de policiais civis no local, de pessoas aglomeradas em frente ao imóvel e de vizinhos da vítima.

É possível observar que a entrevista gravada pela equipe de reportagem - concedida pelo oficial da Polícia Militar - foi realizada na parte externa de uma delegacia distante do local do assassinato. Apesar dos cenários evidenciados ao longo da transmissão do conteúdo gravado pela emissora, a passagem de vídeo do repórter acontece em frente a uma viatura estacionada na delegacia. Não há um histórico criminal da vítima evidenciado no conteúdo reproduzido. Contudo, tanto o oficial quanto o repórter - em sua narração - afirmam que o jovem assassinato "teria envolvimento com o tráfico de drogas". As declarações são dadas sem atribuição da informação a um informante.

Considerações finais

É possível, tendo em base as observações dos autores abordados, compreender a forma como o poder simbólico se apresenta a partir da cumplicidade de atores (BOURDIEU, 1989) e o interesse de grupos dominantes em inserirem-se na mídia (FAUSTO, 2004) para, assim, impor uma visão de mundo e exercer influência social (CAMPOS; LIMA, 2018).

As opções narrativas do telejornalismo e critérios de enquadramento na notícia fazem parte, sem dúvida, de um conjunto de elementos e fatores presentes na forma como as organizações jornalísticas se estabelecem. Contudo, este artigo não abordou a questão estrutural na qual os jornalistas estão imersos, mas sim a presença de um poder de influência invisível ao público na abordagem de ocorrências policiais em áreas periféricas.

Com isso, levando em conta a comparação dos relatórios policiais e os conteúdos veiculados pela TV Equinócio, percebe-se que a emissora se apropria da narrativa policial, assim como da linguagem utilizada por membros da Segurança Pública, para noticiar crimes de violência urbana em áreas periféricas. Isto, por sua vez, evidencia as opções narrativas do telejornalismo policial e a influência da fonte oficial na construção do conteúdo telejornalístico. Esta influência, muitas vezes invisível ao telespectador, pode traduzir interesses de dominação e poder em um modelo de construção de notícias que menospreza a pluralidade de fontes e percepções sobre um acontecimento.

Referências

ABRAMO, Claudio. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2ªed. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2016. Cap. O significado político da manipulação na grande imprensa. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp->

ALCURI, Gabriela. et all. **O Relatório MacBride: História, importância e desafios**. Simulação das Nações Unidas para secundaristas. 2012. Disponível em: <http://sinus.org.br/2012/wp-content/uploads/05-AC.pdf>

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Difel: Lisboa, 1989.

CAMPOS, Pedro; LIMA, Rita. **Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento**. Cadernos de Pesquisa V.48, n167, p. 100- 127, jan/mar. 2018. Universidade Estácio de Sá - Unesa -, Rio de Janeiro (RJ).

FAUSTO Neto, Antônio. **A religião do contato: estratégias discursivas dos novos "templos midiáticos"** In: Comun. Inf., v. 7, n. 1, jan./jun. 2004.

FONSECA, Francisco. **Mídia, poder e democracia: teoria e prática dos meios de comunicação.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 6, p. 41-69, Dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>

FONSECA, Francisco. **Mídia e Poder: Elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, Set. 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir.** São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MAYA, Rousiley. **Mídia e vida pública: modos de abordagem.** In: MAYA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: Desafios para uma política emancipatória.** Boitempo: São Paulo, 2018.

RIBEIRO, Fábio. **Telejornalismo policial como “jornalismo popular”: Reflexão sociológica sobre uma categoria nativa.** Temática, 2016.

SANTOS, Rogério (2001), «Práticas produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação», In Nelson Traquina et al., **O jornalismo português em análise de casos,** Lisboa, Editorial Caminho, S.A.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: Ações e estratégias das fontes no jornalismo.** Florianópolis. Combook, 2011.

SILVA EC, Eliane; PENTEADO RZ, Regina. **Caracterização das Inovações do Telejornalismo e a Expressividade dos Apresentadores.** Universidade Metodista de Piracicaba (SP), Brasil, 2014.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa como instrumento da cidadania.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Os_direitos_na_esfera_publica-WEB.pdf.

VALA, Jorge. **Análise de conteúdo.** In: SILVA, Augusto Santos Silva; PINTO, José Madureira. **Metodologia das Ciências Sociais.** Porto: Afrontamento, 2001. 11ª ed.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes. Macroviolências. Mídia Impressa/aparato policial.** Salvador, EDUFBA, 2008.

VERON, Eliseo. **A produção de sentido.** São Paulo: Cultrix: Ed. da USP, 1981.